

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.396.172 - SP (2018/0295425-2)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : SERVTEC INSTALAÇÕES E MANUTENÇÃO LTDA
ADVOGADOS : MAYRA FERNANDA IANETA PALÓPOLI ALBRECHT -
SP217515
OTAVIO ALFIERI ALBRECHT - SP302872
AGRAVADO : FORTEZZA CONSTRUCAO CIVIL & ELETRICA LTDA
ADVOGADOS : ALEXANDRE TAVARES BUSSOLETTI - SP151991
MAYRA FERNANDA IANETA PALÓPOLI ALBRECHT E
OUTRO(S) - SP217515
OTAVIO ALFIERI ALBRECHT - SP302872

DECISÃO

Trata-se de agravo manifestado contra decisão que negou seguimento ao recurso especial, no qual se alega violação dos arts. 52, 186 e 927 do Código Civil e 5º da Constituição Federal, além de dissídio jurisprudencial. O acórdão recorrido está retratado na seguinte ementa (fl. 501):

EMPREITADA. Ação de indenização por danos morais e materiais. Sentença de parcial procedência. Interposição de apelações por ambas as partes. Apelações que não merecem ser conhecidas em virtude de deserção. Inobservância das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, com a redação modificada pelos Provimentos CG 16/2012 e CG 33/2013. A ausência da guia Dare-SP ou a sua apresentação sem o correto preenchimento do campo "OBSERVAÇÕES" impedem a aferição da idoneidade do preparo, pois não é possível verificar se as custas recolhidas efetivamente se referem ao processo em que foram juntadas. A falta de comprovação de recolhimento de preparo equívale à sua inexistência. Deserção decretada de ofício. Artigo 511, caput, do CPC/1973. Precedentes. Apelações não conhecidas.

Sustenta a empresa agravante que comprovou o recolhimento das custas, de modo que não ficou configurada a deserção.

Afirma, por outro lado, que a pessoa jurídica pode sofrer dano moral.

Assim posta a questão, passo a decidir.

Inicialmente, é necessário salientar que a via especial não é a sede própria para a discussão de matéria de índole constitucional, sob pena de usurpação da competência exclusiva do STF.

Incidem os enunciados 282 e 356 da Súmula do STF quanto à questão da condenação ao pagamento de indenização por danos morais, pois é estranha ao julgado recorrido, a ela faltando o indispensável prequestionamento, do qual não estão isentas sequer as questões de ordem pública.

No mérito, observo que a Corte de origem consignou que ficou configurada a deserção do recurso de apelação, uma vez que a agravante deixou de juntar a guia de recolhimento do preparo, apresentando apenas o comprovante bancário. Além disso, destacou que a parte foi intimada para providenciar a juntada da referida guia, todavia, permaneceu inerte (fl. 507).

Com efeito, anoto que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência do STJ, que firmou o entendimento no sentido de que é necessária a comprovação do preparo no ato de interposição da apelação, sendo essencial a guia de recolhimento para esse fim, sob pena de deserção. A propósito, confirmam-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. APELAÇÃO. AUSÊNCIA DA GUIA DE RECOLHIMENTO DO PREPARO. JUNTADA DE SIMPLES COMPROVANTE DE PAGAMENTO BANCÁRIO EM QUE NÃO SE VERIFICA A INDICAÇÃO DO NÚMERO DO PROCESSO VINCULADO DE ORIGEM. DESERÇÃO. ART. 511 DO CPC/73. OFENSA AO PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Nos termos do Enunciado Administrativo n. 2 do STJ, "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça".

2. Esta Corte Superior, ao interpretar o art. 511, caput, do CPC/73, firmou entendimento de que compete ao recorrente comprovar, no ato de interposição do recurso, a efetiva realização do preparo, considerando-se deserto o reclamo nas hipóteses de ausência de juntada aos autos das guias de recolhimento das custas processuais.

3. Não há que se falar em inobservância aos princípios do contraditório e da ampla defesa, porquanto a exigência de identificação do número de processo vinculado de origem no comprovante de pagamento bancário juntado aos autos não se trata

de mero formalismo, mas sim de requisito indispensável ao conhecimento do recurso, que busca evitar fraudes contra o Judiciário, impedindo que um único comprovante de pagamento seja utilizado para interposição de diversos recursos. Precedentes.

4. O acórdão recorrido aplicou entendimento da jurisprudência desta Corte de que ocorrerá a deserção na falta de preparo no momento da interposição do recurso, sendo admitida a intimação para recolhimento somente quando pago o valor de forma insuficiente, não quando ausentes as guias de recolhimento e nem sequer constar nos meros comprovantes de pagamentos bancários, juntados aos autos, o número do processo vinculado de origem, tampouco o nome das partes, como no caso dos autos. Incidência da Súmula 83 do STJ.

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 982.379/BA, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, DJe de 26.2.2018)

AGRAVO INTERNO EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.
APELAÇÃO. PREPARO. IRREGULARIDADE. DESERÇÃO.
NÃO PROVIMENTO DO RECURSO.

1. O acórdão recorrido foi publicado antes da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 1973, conforme Enunciado Administrativo 2/2016, desta Corte.

2. A jurisprudência desta Corte entende que é essencial a guia de recolhimento para comprovação do preparo efetuado. Quando não apresentada ou apresentada em branco, dificultando a vinculação do recolhimento com o recurso apresentado, opera-se a deserção.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.031.232/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe de 22.5.2017)

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora